

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A expansão de Congonhas 3

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT
SEGURIDADE SOCIAL

STF inicia julgamento de advogado 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Nova regra para precatórios foi a possível, dizem técnicos 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa sem combate a privilégios? 7

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT
SERVIDOR PÚBLICO

Empresa consegue retomar cobrança 9

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qual é o prazo para adequar a nota fiscal eletrônica à reforma tributária? 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária da renda (Artigo) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifaço eleva temor de superávit comercial ainda menor em 2025 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CAPA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

DF lidera retorno de impostos à sociedade 17

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Manifestantes vão às ruas de Maceió contra Lula e Moraes 18

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - A GAZETA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Três americanos influenciam as decisões de Donald Trump sobre Brasil 20

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Uma chance de mudança com a direita boliviana 22

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Investimento em novas fábricas de celulose acirra disputa por mão de obra no Brasil
..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado reforça aposta em queda dos juros 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

A tributação de dividendos e o mercado de ações (Artigo)..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Plano antitarifas dos EUA..... 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
O agronegócio brasileiro, mais uma vez, sob ataque (Artigo)..... 29

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
PROTEÇÃO - REPÓRTER DIÁRIO..... 30

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Alckmin: prioridade é ampliar número de setores isentos do tarifaço de Trump..... 32

A expansão de Congonhas

Responsável pela operação do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, a concessionária Aena acabou de entregar um novo terminal de embarque remoto, com 3.300 metros quadrados, ante os 1.400 metros quadrados do anterior, mais espaçamento entre os portões e mais opções de alimentação. Dessa sala, os viajantes vão pegar os ônibus para se dirigirem aos aviões que os esperam nos pátios. Trata-se de uma intervenção temporária enquanto a empresa dá andamento às obras de expansão que já levam a Aena a fazer previsões bastante ambiciosas para Congonhas, como a retomada da aviação executiva internacional, já a partir de 2026, e de voos comerciais para países da América do Sul, em 2028.

Essa projeção da concessionária que em 2023 assumiu Congonhas, antes administrado pela ineficiente Infraero, deve-se aos investimentos de R\$ 2,4 bilhões previstos para melhorar o aeroporto. O plano da Aena é aumentar de 12 para 19 o número de pontes de embarque, chamadas de fingers, e dispor, ao todo, de 37 portões de embarque, ante os 30 atuais. Com isso, após a conclusão de todas as obras, será possível a movimentação de 29 milhões de viajantes, um aumento de cerca de 6 milhões em relação ao verificado no ano passado. Mas, em que pese o plano de investimento, a dimensão desses números deveria acender o alerta em face do histórico de Congonhas.

Em 2007, o aeroporto foi cenário de um acidente com um avião da TAM que deixou 199 mortos e levou à redução de sua operação, entre outras medidas, para aumentar a segurança. Após essa tragédia, os chamados slots, os movimentos de aviões na pista para o pouso e a decolagem, foram diminuídos de 44 para 33 por hora. Porém, com o passar dos anos, o que se viu foi um contínuo afrouxamento das regras, até que, em 2022, pouco antes da privatização, Congonhas voltou a operar com o mesmo número de slots da época do acidente.

Ademais, é sempre bom lembrar que em 1985 os voos internacionais foram transferidos de Congonhas para o Aeroporto Internacional de Guarulhos, recém-inaugurado. Hoje, não há indicativos de que Guarulhos não atenda a contento os voos internacionais nem de que a capital demande conexões de sua área central para cidades como Buenos Aires, Montevideu ou Santiago. Falta saber ainda se iniciativas como essa não poderão prejudicar o Aeroporto de Guarulhos, vindo a provocar, a exemplo do que ocorreu entre o

Santos Dumont e o Galeão, no Rio de Janeiro, disputas deletérias por operações.

As autoridades públicas, como se sabe, mal foram consultadas para averiguar a pertinência e a conveniência de voos internacionais em Congonhas. Essa ideia acarretará, por óbvio, gastos públicos com in-fraestrutura de Polícia Federal, **Receita Federal** e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entre outros. Por fim, mas não menos importante, a retomada de operações para o exterior em Congonhas demandará diálogo com a cidade e seus cidadãos, sobretudo os vizinhos do aeroporto, os paulistanos mais impactados. Por tudo isso, apesar de tanta euforia, recomenda-se mais cautela e prudência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF inicia julgamento de advogado

Vinicius Mendes

O Supremo Tribunal Federal vai iniciar o julgamento do recurso do advogado Nelson Prawucki, condenado a 8 anos e 2 meses de reclusão pelos crimes de gestão fraudulenta e desvio de valores de instituição financeira.

Ele foi acusado de participar de um esquema do ex-governador Silval Barbosa para embolsar ilegalmente quase R\$ 11 milhões do fundo de pensão dos funcionários do finado Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat).

Também será analisado o habeas corpus do advogado Newman Pereira Lopes, acusado de envolvimento no esquema.

O julgamento virtual vai ocorrer entre os dias 15 e 22 de agosto.

Segundo a apuração da Polícia Federal, após a extinção do Bemat, no ano de 2007 a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) nomeou Nelson Prawucki como liquidante do Instituto Mato Grosso de **Seguridade Social** (Centrus), que era o fundo de pensão dos servidores do banco. O advogado então contratou Newman Pereira Lopes, que era sócio dele em um escritório de advocacia, para prestação de serviços de assessoria ao Centrus. Os honorários advocatícios teriam sido estabelecidos em valores exorbitantes, 57%, sobre o montante de R\$ 85 milhões que os segurados tinham a receber do Governo do Estado.

DELAÇÃO DE SILVAL

Em sua delação o ex-governador Silval Barbosa disse que assumiu o pagamento das dívidas do Bemat relativas aos servidores. Afirmou que foi feito um acordo no qual caberia aos advogados devolver o valor de R\$ 22 milhões.

Em 2011 a Assembleia Legislativa (ALMT) autorizou o Estado a transacionar judicial e administrativamente com o Centrus e em novembro daquele ano o acordo foi firmado. O desvio ocorria justamente através da cobrança de honorários advocatícios em valor acima do mercado. O esquema foi descoberto em 2021 após o pagamento de 5 parcelas, totalizando o valor de R\$ 13 milhões.

CONDENAÇÃO

Nelson Prawucki foi condenado pela Justiça Federal e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) alegando que não foi intimado pessoalmente de sua condenação. Contudo, em decisão monocrática, o recurso foi rejeitado. O advogado então recorreu ao STF, mas o ministro Dias Toffoli negou seguimento ao habeas corpus após verificar que o caso não foi julgado pelo colegiado do STJ, além de que seria necessário o reexame das provas para acolher a tese da defesa, o que não cabe por meio deste recurso. O caso então seguiu para julgamento da 2ª Turma do STF.

Newman Pereira Lopes, que foi acusado pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, vai ter seu recurso julgado pela 1ª Turma do STF.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Nova regra para precatórios foi a possível, dizem técnicos

Criticada por especialistas por abrir espaço fiscal e facilitar o cumprimento do resultado primário em 2027, a solução encontrada por Executivo e Congresso Nacional para incluir gradualmente os precatórios da União na meta fiscal é considerada pelos próprios técnicos do governo como não ideal tecnicamente. Porém, foi a saída viável politicamente, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor.

A solução foi incluída na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66, aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e em primeiro turno no Senado. A expectativa é que o texto seja votado neste mês em segundo turno no plenário do Senado. Se aprovada sem mudanças de mérito, poderá ser sancionada pelo Congresso e entrará em vigor.

Pela proposta, a despesa total da União com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs, um tipo de precatório de pequeno valor) será incorporada anualmente, ao longo de uma década, em no mínimo 10% na apuração da meta de resultado primário. A regra valerá a partir de 2027. Isso significa que, em 2027, 10% da despesa com precatórios entrará para o computo da meta e 90% serão pagos sem afetar o primário.

Em 2026, estão previstos R\$ 115 bilhões de precatórios e RPVs, sendo que R\$ 55 bilhões, cerca de 47%, ficarão fora da meta. Com a nova regra, o volume fora da meta em 2027 saltará para 90%, o que facilitará o cumprimento do resultado primário, sem esforço fiscal adicional, alertam especialistas.

"Se tiver pagamento de R\$ 125 bilhões [em precatórios e RPVs], que é a projeção do governo para 2027, significa R\$ 112 bilhões fora da meta, ou seja, em termos numéricos, eu saio de uma exceção de R\$ 55 bilhões em 2026 para 112 bilhões em 2027", explica Tiago Sbardelotto, economista para a área fiscal da XP Investimentos. "Quando você aumenta a exceção à meta, facilita o atingimento da meta. O ideal é que não tivesse nenhuma exceção, porque quando começa a ter, fragiliza a regra fiscal", completa Sbardelotto.

Segundo apurou o Valor, uma ala do governo defendia um percentual mais próximo da regra atual para inclusão dos precatórios na meta. Até 2026, os precatórios sujeitos ao subteto ficam dentro da meta e

o excedente fica fora. Esse subteto foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas a corte autorizou que o excesso fosse pago fora das regras fiscais até o próximo ano. A partir de 2027, o governo teria, então, de incluir 100% dos precatórios na meta e no limite de despesas, mas isso inviabilizaria as despesas discricionárias - não obrigatórias, como custeio e investimento. Por isso a opção foi descartada.

Uma ideia trazida por parte do governo foi, então, incluir 30% ou 33% dos precatórios na meta em 2027 e mais 10% a cada ano, porém a proposta não foi considerada viável politicamente, explicou uma fonte da equipe econômica ao Valor. Uma preocupação do governo é que a meta fiscal projetada para 2027 é um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e a inclusão de um percentual maior de precatórios poderia ensejar mudança dessa meta, em pleno ano eleitoral.

Técnicos do governo também afirmam que a ideia inicial do Congresso - retirar os encargos dos precatórios, como juros e correção monetária, das regras fiscais e deixar somente o principal - seria uma solução pior. Isso porque, segundo esses técnicos, iria contra os padrões de contabilidade pública estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e seguidos pelo Banco Central ao verificar o cumprimento da meta de resultado primário do governo central.

Por isso, a equipe econômica do governo entrou em campo para costurar uma solução "menos pior", admite um técnico. Esse técnico concorda, no entanto, que o ritmo de 10% ao ano é muito lento. Já outro pondera que o "timing" foi o ideal, porque resolve o imbróglio dos precatórios ainda em 2025, sem deixar o problema para 2026 - ano eleitoral no qual as atenções do governo e do Congresso estarão voltadas para outros assuntos.

Além de prever uma transição de até dez anos para inclusão dos precatórios na meta, a PEC retira essa despesa do limite de gastos previsto no arcabouço fiscal e recalcula esse limite. A retirada do limite de despesas divide os economistas, sendo que parte acredita que foi boa solução e parte, não.

"A lógica de tirar do teto e deixar na meta é até boa.

Afinal, os precatórios têm um grau alto de imprevisibilidade, com viés para cima nos próximos anos, o que perturba a lógica do teto. Por outro lado, deixar na meta evita o incentivo à leniência com precatórios, pois eles continuam pesando no cumprimento da meta fiscal. O problema, porém, está nesta inclusão muito lenta para computo da meta. A lentidão acaba incentivando a leniência que se queria evitar", afirma o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Pedro Souza, analista da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que a proposta de inclusão gradual dos precatórios na meta representa um "claro desvio" das regras fiscais. "É uma alternativa que o governo encontrou para garantir que não vai descumprir a meta [fiscal em 2027], mas é uma forma de desvio muito grande", analisa. Ele considera que a retirada do limite de gastos é um problema, porque entende que a manutenção dentro do limite geraria incentivos para manter o crescimento dessa despesa controlado.

Questionado em julho em entrevista coletiva se a regra prevista na PEC é muito leniente, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avaliou que a solução encontrada foi "minimamente adequada". "Não quero entrar num juízo de valor se é a melhor ou pior. Ela dá conta de resolver o problema porque incorpora gradualmente para fins de meta fiscal", disse. Ele acrescentou que a regra não cria "distorções relevantes" quando comparada a alternativas que foram postas na mesa.

Já o Ministério do Planejamento e Orçamento afirma que a PEC 66 traz uma "solução permanente que avança na direção correta" em relação aos precatórios da União.

Outro problema visto por especialistas é um dispositivo incluído na PEC que permite ao governo incorporar na base de cálculo do limite de gastos um crédito suplementar de R\$ 12,4 bilhões aberto neste ano devido ao diferencial de **inflação**. Isso significa espaço extra de mesma magnitude que será aberto no limite de gastos em 2026. "É uma mudança oportunística", critica Sbardelotto.

Apesar das críticas, o governo afirma que esse espaço será usado para incorporar um aumento de despesa não previsto que o Executivo terá com o salário-maternidade. O Supremo autorizou a concessão do benefício para mulheres autônomas que tenham feito apenas uma única contribuição à **Previdência Social**, declarando inconstitucional a exigência de dez contribuições. Isso deverá fazer com que o governo gaste até RS 12 bilhões a mais com o auxílio-maternidade no ano que vem, conforme revelou o

Valor.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188293>

Reforma administrativa sem combate a privilégios?

O Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados para discutir a Reforma Administrativa, instaurado pelo presidente da Casa, Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), já construiu suas propostas com o objetivo de modernizar o Estado brasileiro, as quais serão apresentadas em detalhe à sociedade no início de agosto.

Dentre as diversas medidas prometidas e já anunciadas por seu relator, chama a atenção a abordagem de um tema que tem tido destaque nacional diário no debate público: os supersalários. Viabilizados por medidas nada republicanas e ao avesso do que prevê a Constituição brasileira, o limite re-muneratório inscrito no art 37, inciso XI, da Carta Magna, hoje em R\$ 46.366,19, tem sido sistematicamente desrespeitado por uma pequena parcela de carreiras ligadas ao sistema de justiça a partir de uma verdadeira corrida por benefícios, auxílios e penduricalhos.

Como o próprio coordenador do GT já disse em entrevistas, uma reforma administrativa que não incida sobre os supersalários será frustrante. De fato, frustrará os mais de 93% de brasileiros que são contra o pagamento de auxílios para além do teto constitucional a **servidores públicos**, conforme pesquisa Datafolha encomendada pelo Movimento Pessoas à Frente publicada em 2021, e os mais de 83% de cidadãos que, segundo pesquisa Datafolha deste ano, também encomendada pelo Movimento, clamam por uma regulamentação efetiva contra os penduricalhos. Em outra recente entrevista, fica evidente que a estratégia política é obter apoio coletivo à solução que será apresentada. Sem dúvidas, um problema complexo como este deve ser objeto de apoio de todas as lideranças nacionais, e isso que se espera de líderes comprometidos com o futuro e com o presente do país.

O fenômeno dos supersalários já está muito bem mapeado pelo trabalho sólido da sociedade civil organizada e de pesquisadores que buscaram compreendê-lo: são apenas 0,06% dos **servidores públicos** que receberam acima do teto constitucional em 2022, segundo a República.org com base em dados da PNAD Contínua. Mas dados de estudos conduzidos a pedido do Movimento Pessoas à Frente mostram que, dentre os magistrados, foram 93% em

2023, e dentre os membros do Ministério Público, 91,5% que desrespeitaram o teto. A corrida além do teto é cada vez mais acelerada e competitiva: entre 2023 e 2024, houve crescimento de 49,3% no impacto orçamentário dos pagamentos de auxílios a magistrados, chegando a R\$ 10,5 bilhões.

Somam-se a essa investida recente outras carreiras que buscam levar a fundos especiais, que não integram o orçamento público, recursos referentes a custas processuais e pagamentos de honorários advocatícios no setor público. Um exemplo constitutivo com o dos honorários de sucumbência: a criação do Conselho Curador de Honorários Advocatícios (CCHA) trouxe visibilidade praticamente nula aos pagamentos realizados a advogados e procuradores da União, evitando o controle público efetivo sobre os critérios de destinação e uso, abrindo o caminho para apropriação coorporativa de verbas públicas.

Informações que estavam ocultas do Portal da Transparência até o dia 16 de julho foram finalmente reveladas para mostrar que apenas em janeiro de 2024, R\$ 1,7 bilhão foi pago em honorários sucumbenciais. Na média, mostra uma reportagem publicada na imprensa, cada um dos 12,8 mil integrantes da AGU recebeu R\$ 134 mil somados ao salário. Outra reportagem já havia demonstrado que a União deixou de arrecadar R\$ 11 bilhões desde 2017 para repassar ao CCHA. E parte desse valor foi distribuído aos advogados e procuradores públicos por meio de quatro penduricalhos aprovados administrativamente: gratificações natalinas, um 13º de honorários, pago além do 13º salário atrelado ao subsídio; reembolso de 8 anos de anuidades da OAB; auxílio-saúde de R\$ 3 mil mensais aos membros da ativa, também adicional ao benefício já pago pelos órgãos federais; e um auxílio-alimentação adicional.

O exemplo de criação de fundos opacos para gestão corporativa facilitada de auxílios e adicionais tem sido buscado por outras carreiras no sistema de justiça. O

Projeto de Lei 1.872/2025, que visa criar o Fundo de Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União (FMPU), foi aprovado no último dia 16 de julho na Câmara dos Deputados. Já o Projeto de Lei 1.881/2025 pretende estabelecer fundo similar para a Defensoria Pública. Chama a atenção, por exemplo, no art. 6º de ambos os projetos, a

possibilidade de repasse de emendas parlamentares aos fundos, em evidente conflito de interesse.

O impacto de pagamentos ex-trateto remuneratório para membros do MP acumulou R\$ 4 bilhões em 2023, segundo estudo do Movimento Pessoas à Frente em parceria com o pesquisador Bruno Carazza, colunista deste jornal. A imprensa revelou que o MPSP acumula R\$ 6 bilhões em pagamentos retroativos devidos a promotores e procuradores. Os penduricalhos representam uma vez e meia o orçamento anual da instituição, que conforme pesquisa do JUSTA, já destina 81% do seu valor a folha de pagamento.

Em coalizão, organizações da sociedade civil já mostraram o caminho, especialmente por meio do Manifesto pelo fim dos super salários: uma conceituação clara e adequada de verbas remuneratórias e incluídas. Isto é, não basta o estabelecimento de um percentual de permissão de um "sobreteto", mecanismos robustos de transparência e governança da política remuneratória, o fim da gestão administrativa de adicionais e auxílios e o enquadramento de autorizações inadequadas de pagamento acima do teto como improbidade administrativa são medidas fundamentais.

Não faltam propostas robustas em tramitação no Congresso como alternativas de solução. Muitas destas medidas estão inscritas em recente proposição legislativa composta por uma Proposta de Emenda à Constituição e um Projeto de Lei, que contribuíram para o protocolo PL 3328/2025, iniciativa da deputada Tabata Amaral e outros parlamentares, com apoio amplo da sociedade civil (Movimento Pessoas à Frente, Fundação Tide Setúbal, Plataforma JUSTA, Instituto Democracia e Sustentabilidade, Movimen-

to Brasil Competitivo, Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, Centro de Liderança Pública e República.org); ou ainda outro, o Projeto de Lei 3401/2025, iniciado pela bancada do PT.

É preciso considerar verdadeiramente a grave e urgente situação do país e dar uma resposta definitiva a este problema: a notícia de que o tema, ainda sem aval político, não está tratado em nenhum anteprojeto a ser apresentado pelo GT mostra que é preciso vigilância e pressão da sociedade civil para que a Câmara dos Deputados demonstre compromisso com o Estado brasileiro e com a Constituição Federal Cidadã de 1988 no combate às desigualdades e na real valorização do serviço e dos servidores públicos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188293>

Empresa consegue retomar cobrança

Pablo Rodrigo

O governo Mauro Mendes (União) terá que voltar a autorizar descontos na folha salarial dos servidores e pensionistas do Estado, que tenham empréstimo consignado com a empresa ClickBank, que pertence ao braço econômico da Capital Consig, principal investigada em cobranças indevidas a funcionários públicos de Mato Grosso.

A informação consta em um processo sigiloso em que a instituição ingressou e teve decisão favorável pelo desembargador Jones Gattas Dias.

"Determina o prazo até 08 de agosto de 2025 para que a autoridade impetrada promova o cumprimento integral da liminar, especialmente quanto ao restabelecimento dos descontos em folha de pagamento dos **servidores públicos** estaduais, relativos aos contratos mantidos com a impetrante que estejam regulares e sem pendências específicas registradas; à retomada dos repasses financeiros referentes aos contratos já celebrados e em execução que não apresentem irregularidades comprovadas ou reclamações formalizadas", diz trecho da decisão.

Com a decisão, a tendência é que outras instituições que foram suspensas pelo Estado, consiga retornar a cobrança dos servidores, nos contratos que não estão sendo investigados.

A Capital Consig, Cartos Sociedade de Crédito, BemCartões, ABCCard Cartões Ltda e ClickBank haviam sido suspensas pelo Estado entre o final de maio e começo de junho por 90 dias, que terminaria no próximo dia 27 de agosto.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Qual é o prazo para adequar a nota fiscal eletrônica à reforma tributária?

A fase de testes da Nota Fiscal Eletrônica Nacional (NF-e Nacional) começou no dia 1º de julho em todo o Brasil, mas o novo modelo - que padronizará a emissão de documentos fiscais no País ao substituir os sistemas estaduais - só será obrigatório a partir de janeiro de 2026 .

A adaptação foi formalizada pela Nota Técnica 2025.002-RTC e será necessária devido às mudanças previstas na **reforma tributária** , como a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) , que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) , de competência estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS) , de competência municipal.

Uma das mudanças está na adoção de um layout nacional no lugar dos modelos estaduais, para padronizar tanto a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) quanto a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).

As empresas também serão obrigadas a detalhar novos **tributos**, como a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) - para produtos específicos, como tabaco e álcool - , além do IBS. Esses **impostos** vão substituir, de forma gradual, os **tributos** federais, estaduais e municipais atualmente em vigor, até 2033.

Apesar de a fase de testes já estar em andamento, o novo modelo só será obrigatório a partir de janeiro de 2026. Até lá, as informações de tributação relativas ao IBS, CBS E IS só serão validadas se forem preenchidas.

A partir de outubro de 2025, a nova nota fiscal poderá ser utilizada em ambiente de produção por empresas que desejarem se antecipar. A previsão é de que o novo e o antigo sistema coexistam até 2033.

As empresas que demorarem para se adaptar ao novo formato poderão ter notas fiscais rejeitadas. Isso pode gerar atrasos no faturamento, impactos no fluxo de caixa, falhas no cumprimento das obrigações com o fisco, interrupções nos processos logísticos e comerciais e até sanções legais.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/qual-e-o-prazo-para-adequar-a-nota-fiscal-eletronica-a-reforma-tributaria,76611f83f499d3bf6fcc5fc85220cb6cb4u2vj5a.ht>

ml

Reforma tributária da renda (Artigo)

ALLINE GUIMARÃES MARQUES

A proposta de **reforma tributária** sobre a renda, atualmente em discussão no Congresso Nacional, representa um dos eixos mais sensíveis e estruturantes do redesenho do sistema tributário brasileiro. Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu o novo modelo de tributação sobre o consumo, o foco das atenções se desloca para a tributação sobre a renda, um campo historicamente marcado por distorções, regressividade e tratamentos assimétricos entre pessoas físicas e jurídicas.

Atualmente, o sistema de tributação da renda no Brasil apresenta múltiplas falhas que fragilizam sua legitimidade e eficácia. Uma das principais críticas reside na baixa progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), agravada por um modelo que permite, por exemplo, a isenção de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas desde 1995. Ao mesmo tempo, trabalhadores assalariados, que não contam com os mesmos mecanismos de planejamento tributário, acabam onerados proporcionalmente de forma mais intensa, o que fere os princípios constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

A proposta apresentada pelo governo federal, em fase de discussão desde 2021 e que deve ser desdobrada em projetos de lei complementar, visa restabelecer uma maior progressividade, reintroduzindo a tributação sobre lucros e dividendos, com alíquota de 15%, e ao mesmo tempo promovendo ajustes nas faixas de isenção e nas alíquotas do IRPF. No campo da tributação corporativa, um dos pontos mais controversos diz respeito à proposta de redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) como forma de compensar a tributação de dividendos.

Em síntese, a **reforma tributária** da renda é uma medida necessária e urgente. A oportunidade de corrigir distorções históricas está posta, e o seu aproveitamento dependerá do compromisso com a construção de um modelo tributário mais justo, transparente e funcional.

ALLINE GUIMARÃES MARQUES, advogada e Mestre em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo IDP/DF

Site:

https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?_gl=1*mvekns*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0OD

**YyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTQ5MDEzNTAkzbIkZz
AkdDE3NTQ5MDEzNTAkjYwJGwwJGg0MzY1MTA0MDA
kZFQtWkxtaUVuMEp2dDIMbIIQU2pHNVdkUnoyYWpWb
mZNQUE.**

Tarifaço eleva temor de superávit comercial ainda menor em 2025

As tarifas de importação americanas mais pesadas contra o Brasil, ainda que com uma lista de exceções, são fator adicional que pode contribuir para reduzir o resultado já mais achatado esperado para a balança comercial brasileira em 2025, avaliam economistas. As tarifas mais pesadas estabelecidas por Donald Trump, em vigor desde o dia 7 de agosto, vieram após um primeiro semestre em que o saldo comercial perdeu força, sob impacto de cotações mais baixas de commodities exportadas pelo Brasil e importações acima da expectativa.

A consequência pode ser um resultado comercial que deve dar ajuda bem mais modesta para o setor externo este ano, em comparação com os últimos dois anos, avaliam economistas e representantes ligados ao setor exportador. Divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), o saldo do comércio internacional do Brasil é ponto de partida para o Banco Central para os ajustes do resultado da balança comercial que integra as transações correntes do balanço de pagamentos. Ao menos parte dos economistas projeta déficit maior em conta corrente em razão da menor ajuda do resultado comercial este ano. Para alguns, o quadro das transações correntes gera certo "desconforto", embora não seja alarmante.

O governo prevê que o superávit neste ano será de US\$ 50,4 bilhões, uma das estimativas mais baixas entre as apuradas pelo Valor - a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) prevê US\$ 49 bilhões. Um pouco mais otimista, a projeção atual da XP é de US\$ 52,3 bilhões. Na outra ponta, a consultoria Tendências mantém superávit de US\$ 67,4 bilhões, com viés baixista e sujeito a nova revisão. A projeção da consultoria é mais próxima da mediana das expectativas de mercado divulgadas no relatório Focus (US\$ 65,3 bilhões). No início do ano, o mercado, segundo o Focus, via um saldo de positivo próximo a US\$ 76 bilhões.

Trump anunciou em abril, dentro das chamadas tarifas recíprocas, elevação em 10% para importações originadas de boa parte dos parceiros comerciais, incluindo o Brasil. Em 9 de julho, Trump anunciou tarifa de 50% sobre todos os produtos importados do Brasil. Em carta publicada em rede social destinada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tarifa mais gravosa foi atribuída por Trump a processo judicial contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Em 30 de julho saiu o

decreto de Trump estabelecendo exceção para cerca de 700 itens na aplicação da tarifa de 50%, que entrou em vigor no dia 7.

Antes do anúncio da tarifa de 50% de Trump, o governo divulgou, em 4 de julho, a nova estimativa para o superávit clc 2025, que caiu de US\$ 70,2 bilhões para US\$ 50,4 bilhões. A Secex revisa a projeção a cada três meses. Caso se realize, o saldo comercial deve cair à metade, praticamente, em dois anos. Em 2023 o superávit foi de US\$ 98,9 bilhões, pico histórico, seguido de US\$ 74,2 bilhões em 2024, o segundo melhor resultado da série oficial.

Já considerando o efeito das novas tarifas americanas, a AEB calcula atualmente superávit de US\$ 49 bilhões em 2025, diz José Augusto de Castro, presidente da entidade. No início do ano a projeção era de US\$ 93 bilhões. O valor estimado caiu gradativamente no decorrer do primeiro semestre do ano, dado o desempenho das exportações e principalmente das fortes importações. Ele frisa, porém, que há expectativa de que parte das tarifas ainda seja negociada entre Brasil e EUA.

Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), diz que sua média de projeção de superávit comercial durante o primeiro semestre ficou em torno de US\$ 75 bilhões. O saldo máximo projetado no decorrer do período chegou a US\$ 81 bilhões. Atualmente sua projeção é de saldo de US\$ 64 bilhões.

"Estamos vendo piora da conta de balanço de pagamentos de forma agregada" Lucas Barbosa

O impacto do tarifaço de Trump para este ano no superávit, diz Ribeiro, é estimado em US\$ 4 bilhões. O cálculo, explica, foi feito antes das exceções estabelecidas no decreto de 30 julho, mas ele avalia que o efeito não será muito menor que esse em 2025. Isso porque, diz, a conta já havia considerado que o aumento não prosperaria para alguns setores, como os de aeronáutica e produtos de ferro, por exemplo.

O menor saldo comercial em 2025 deve se refletir nas transações correntes do balanço de pagamentos, diz Ribeiro. Ele estima atualmente déficit em transações correntes de 3% do **PIB**, ante projeção anterior de

déficit em torno de 2,5% do **PIB**. "É um cenário com equilíbrio que conta com menos reservas internacionais. Isso, dado tudo o mais constante, é fator de desconforto no comportamento da taxa de câmbio."

Na Tendências, a redução na projeção de superávit foi de US\$ 72,7 bilhões para US\$ 67,4 bilhões. A estimativa foi reduzida em junho, mas ganhou agora viés baixista devido ao tarifaço e às importações resilientes, diz Silvio Campos Neto, economista da consultoria. que não descarta nova revisão. "Esse risco um pouco baixista para a balança é fator que corrobora para leitura de cenário de contas externas menos confortável que tínhamos anteriormente. Não é nada alarmante, mas acende sinal amarelo porque não há mais a folga que tínhamos até pouco tempo atrás. Isso reflete, fundamentalmente, uma economia em crescimento mais acelerado."

Embora as tarifas de Trump não tenham efeito macroeconômico tão amplo após as exceções estabelecidas no decreto americano de 30 de julho, avalia Campos Neto, as exportações devem ser afetadas de algum modo. Embora o principal destino das exportações brasileiras seja a China, o mercado americano vem em segundo no ranking, com fatia de 12%. "O tarifaço de Trump não deve ter impacto tão expressivo do ponto de vista macroeconômico, mas terá impacto, sim, e já chega num momento em que a balança comercial dá sinais de enfraquecimento."

Embora seja o segundo maior destino das exportações brasileiras, os EUA mantêm historicamente saldos comerciais deficitários para o Brasil. O déficit nas trocas com os americanos é estrutural, em razão da maior demanda brasileira de bens dos EUA, avaliou Hclon Brandão, diretor de Estatísticas e Estudo de Comércio Exterior do Mdic, ao apresentar a balança comercial de julho.

Segundo dados da Secex, de janeiro a julho o comércio com os EUA rendeu ao Brasil déficit de US\$ 2,26 bilhões ante saldo negativo de US\$ 318,6 milhões em iguais meses de 2024. A China continua a render o maior superávit entre os dez maiores destinos da exportação brasileira. O saldo positivo foi de US\$ 16 bilhões em 2025, mas bem abaixo dos US\$ 27 bilhões clc 2024, também de janeiro a julho.

Já considerando a lista de exceções do tarifaço e incorporando também expectativa de que no decorrer do segundo semestre de 2025 possam ocorrer novas exclusões ou reduções de alíquota, a XP reduziu a estimativa de superávit para este ano de US\$ 57,5 bilhões para US\$ 52,3 bilhões. Para 2026, a queda foi de US\$ 56 bilhões para US\$ 53,7 bilhões. A revisões também consideraram importações mais fortes que o

esperado em combustíveis e lubrificantes.

Além da revisão de saldo, a expectativa da corretora para as transações correntes em 2025 incorporou o aumento de US\$ 2,6 bilhões no déficit em renda primária nos primeiros meses do ano, o que resultou em revisão de projeção de déficit em conta corrente de US\$ 65,7 bilhões (2,9% do **PIB**), para US\$ 73,5 bilhões, ou 3,2% do **PIB** neste ano. Para 2026 a estimativa de déficit também subiu, de US\$ 65,0 bilhões (2,7% do **PIB**) para US\$ 69,4 bilhões (2,9% do **PIB**).

Para Iana Ferrão e Peclro Oliveira, economistas do BTG Pactual, as exportações brasileiras estão robustas, mas o forte crescimento das importações diminuiu o saldo acumulado em 12 meses, que ficou em US\$ 62 bilhões. Diante da elevação das tarifas americanas, o banco revisou a projeção de superávit comercial para 2025 para US\$ 65 bilhões, ante US\$ 70 bilhões anteriormente. A estimativa incorpora uma desaceleração das importações no segundo semestre deste ano, em linha com uma atividade econômica mais fraca a partir do segundo trimestre.

Na AZ Quest, a estimativa atual de superávit comercial para 2025 é de US\$ 60 bilhões, bem menor que os US\$ 80 bilhões projetados no início do ano, diz o economista Lucas Barbosa. Ele avalia que no curtíssimo prazo as tarifas de Trump devem ter efeito no saldo brasileiro, mas ele está entre os que esperam que parte dos **impostos** mais pesados possa ser negociada. O que explica a redução na projeção de superávit, explica, é a valorização do real frente ao dólar e principal mente a resiliência das importações, resultado da demanda doméstica muito forte, que vaza para outros países.

"Isso é visível tanto na balança comercial de bens, quanto na de serviços, que pode ser observada no balanço de pagamentos [levantado pelo BC]. Estamos vendo piora da conta de balanço de pagamentos de forma agregada. Há demanda maior por produtos externos, natural de uma economia que está bastante aquecida. A projeção de saldo só não está pior porque os preços de importação vêm caindo."

As revisões que antecederam o tarifaço, diz Ribeiro, refletem um menor volume de comércio global. "O câmbio está em linha com o esperado, mas a absorção doméstica está muito mais forte que se imaginava. Ainda que se espere um crescimento de **PIB** clc 2,2% ou 2,3% em 2025, o ritmo de absorção doméstica é mais alto e isso está batendo nas importações." Ao mesmo tempo, diz, a queda de preços dos principais produtos embarcados pelo Brasil também afeta a exportação.

Dados da Secex mostram que de janeiro a julho os preços de exportação da soja caíram 9,6% contra iguais meses de 2024. No mesmo período, petróleo e minério de ferro tiveram queda de preços de 7,1 % e 19%, nessa ordem. Juntos, os três itens equivalem a 36% da exportação brasileira de janeiro a julho.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188293>

DF lidera retorno de impostos à sociedade

Pela terceira vez consecutiva, capital ficou em 1º lugar no ranking nacional que avalia como os estados convertem recursos obtidos com a carga tributária em qualidade de vida para a população 10

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1108202504%20-%20bc1cd298247f3f23db7249e6fc53f83c.pdf

Manifestantes vão às ruas de Maceió contra Lula e Moraes

A crise política gerada pela retaliação econômica do governo norte-americano ao Brasil é vista como o principal ponto de partida dos bolsonaristas para ampliar a oposição ao governo do Presidente Lula e ao STF. Em todo o País, têm surgido atos e manifestações de rua que visam responsabilizar o petista pela taxaço de 50% e pressionar o Supremo para que anistie de forma irrestrita o ex-presidente Jair Bolsonaro e os condenados pelos atos de 8 de janeiro.

Alagoas não ficará de fora e realiza neste domingo (3), com concentração no Corredor Vera Arruda, em Maceió, a partir das 9h, um ato contra o governo Lula. A articulação é do Movimento Brasil (MBR), que assumiu o protagonismo da oposição com o apoio de parlamentares estaduais e representantes na Câmara.

Um dos que têm utilizado suas redes sociais para convocar os alagoanos a se juntarem ao movimento é o deputado estadual Cabo Be-beto (PL). Durante toda a semana, ele divulgou vídeos apontando que o tom dos protestos será contra Lula e o ministro do Supremo Alexandre de Moraes. Isto porque é Moraes quem encabeça o julgamento contra Bolsonaro, seus assessores e os civis envolvidos nas invasões à Câmara, ao Senado e ao STF.

"Exageros foram cometidos, arbitrariedades foram cometidas, e a balança de equilíbrio dos poderes está pendente para um lado. Hoje o cidadão não tem liberdade para falar o que pensa. O político, da mesma forma. O momento é complicado, e vejo que hoje está pior do que ontem, e amanhã estará pior do que hoje. Essa é a visão que tenho do Brasil. Se olharmos bem, este ano está pior que o passado. E, se continuar assim, o ano que vem estará pior que este", disse Be-beto.

Para o parlamentar, quem também sente essa sensação de insegurança e considera que o STF tem interferido demasiadamente e agido de forma arbitrária no "caso do 8 de janeiro", com penas desproporcionais, precisa se mobilizar.

LIBERDADE

Integrante da bancada evangélica na Assembléia Legislativa e do chamado "exército da fé", o deputado estadual Mesaque Padilha (União Brasil) também apoia o protesto como forma de a sociedade reagir e

lutar por liberdade. "Nesse sentido, considero legítimas as manifestações populares previstas para este final de semana, em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à necessidade de reavaliar a situação dos presos nos atos de 8 de janeiro, defendendo que os processos sejam revistos com base na imparcialidade e no devido processo legal", disse Mesaque.

PRESENTE

Destaque entre a bancada federal como uma voz dissonante da maioria governista, o deputado federal Alfredo Gaspar de Mendonça (União Brasil) não só apoia a mobilização como garantiu que estará presente. "O Brasil atravessa uma crise institucional grave, em que a Constituição vem sendo sistematicamente ignorada. A corrupção avança nos poderes; o crime organizado se fortalece; uma ideologia de viés esquerdista empurra o País para os braços de ditaduras; e temos um presidente condenado em três instâncias, sem um projeto de nação, comandando o País", afirmou Gaspar.

Com formação jurídica e três décadas de atuação no Ministério Público Estadual, Gaspar afirmou que o STF está atuando de forma alheia às suas prerrogativas constitucionais. Sua posição, que vem sendo noticiada em Brasília após cada pronunciamento, tem repercutido nos grupos bolsonaristas em todo o País. Por isso, ele considera necessária a continuidade da denúncia ao que avalia como afronta à legislação brasileira e desrespeito à Constituição.

"É preciso seguir denunciando que estão trucidando a democracia no Brasil. Não respeitam a Constituição, matam a liberdade de expressão e querem impor o silêncio à oposição. Enquanto não fecharem o Congresso e liquidarem os opositores, continuaremos a lutar pelas liberdades e direitos fundamentais. O respeito à Constituição precisa ser resgatado. Meu compromisso é com o povo e com meu País", concluiu Alfredo.

O deputado federal Delegado Fábio Costa (Progressista) disse que a manifestação se trata de um ato legítimo e pacífico, que expressa a insatisfação de quem vê suas liberdades sendo ameaçadas. "O aumento da violência, a alta de **impostos** e medidas econômicas desastrosas são consequências diretas das escolhas desse governo. É um governo que se

apresenta como defensor do povo, mas que, na prática, tem penalizado justamente o trabalhador, aquele que acorda cedo e enfrenta um leão por dia para sustentar a família", criticou.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6567#book>

Três americanos influenciam as decisões de Donald Trump sobre Brasil

Três homens fazem a cabeça de Donald Trump sobre o Brasil e nenhum deles se chama Eduardo Bolsonaro, como preferem acreditar Alexandre de Moraes e Lula (PT). O primeiro, Martin De Luca, advogado de Trump, é o autor da ação que abriu caminho para a Lei Magnitsky contra Moraes. Outro, Jason Miller, conselheiro e braço direito de Trump, não esquece: chegando ao Brasil, em 2021, foi detido e interrogado por três horas na Polícia Federal, a

mando de Moraes.

Trauma brasileiro

Miller veio à Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC), ainda no governo Bolsonaro. Não esperava a "recepção" em um país livre.

Cargos no horizonte

Amigos de Alcolumbre admitem que ele tentou se credenciar junto a Moraes, que tudo pode, e a Lula (PT), de quem espera mais cargos.

Dois caminhos

Para Nikolas Ferreira (PL-MG), "Moraes está cavando a própria covafinanceira e da família. E quer arrastar o STF junto com ele. Ministros, soltem a mão desse cara logo. Que ele renuncie ou seja impichado".

Focado no Brasil

Desde então, Miller monitora o Brasil, vê o País como ditadura judicial. Até xingou Moraes de "idiota", no X, após o gesto obscuro no estádio.

Aviso prévio

Antes da cancelamento do visto e a sanção da Magnitsky, Miller definiu Moraes como "a maior ameaça à democracia no Hemisfério Ocidental".

Americano bolsonarista

Steve Bannon, amigo de Trump, é admirador de Bolsonaro e se ligou ao filósofo Olavo de Carvalho. É ativista contra a "ditadura do STF".

Alcolumbre se joga na alça de mira da Magnitsky

O senador Davi Alcolumbre (União-AP) tem comportamento afobado, por isso pode custar caro sua decisão de afrontar a vontade majoritária do Senado pelo impeachment de Alexandre de Moraes. Ele não se deu conta de que no meio do caminho tem a Lei Magnitsky. Aquela. Tão logo circularam suas declarações, post da embaixada americana no X advertiu os que apoiarem ou protegerem o sancionado Moraes. Assim, além dos ministros do STF, Alcolumbre também entrou na alça de mira.

Lista aumentou

A expectativa em Brasília é que Alcolumbre fará companhia a Rodrigo Pacheco, antecessor que inventou, entre os sancionados da Magnitsky.

Lista em definição

A lista de novos sancionados deve ser informada a Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo, durante reunião para a qual foram convidados.

Apenas truculência

O jurista André Marsiglia afirmou ontem (8) que "é absolutamente inconstitucional" a iniciativa autoritária do presidente da Câmara, Hugo Motta, tentando mostrar que manda, de suspender cinco deputados.

A decisão atende a pedido de Lula e a expectativa de ministros do STF.

Maria sem brioche

É ridícula a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de gastar R\$1,5 milhão em sala vip no aeroportos de Brasília para que seus ministros escapem do alcance dos pagadores de **impostos**.

Crescimento rápido

O pedido de impeachment contra Alexandre de Moraes na plataforma Change.org passou das 1,8 milhão de assinaturas na sexta-feira (8). Até junho eram pouco mais de 1,5 milhão.

Nas trincheiras

O perfil do STF no X (ex-Twitter), rede que foi censurada durante quase toda a eleição 2022, resolveu agora responder a postagem de pessoas para esclarecer que alegações esdrúxulas eram, de fato, falsas.

Oposição, oposição

Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Jair Bolsonaro, defendeu a atuação da bancada no Congresso, que obstruiu os trabalhos: "motivo de orgulho", disse. E ainda pediu: "Anistia já".

Sem acesso, sem fim

Alexandre de Moraes justificou a decisão de não permitir acesso à íntegra do processo que congelou contas e cartões e Eduardo Tagliaferro, seu ex-assessor que denunciou "abusos": há "diligências em andamento".

Sub do sub

Na China, a defesa do Brasil na crise com os EUA sobrou para Wang Yi, membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista: a China "está disposta" a "compensar incertezas externas". Ah, bom.

Pensando bem...

...se fosse divórcio, seria litigioso.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2025/08/Jornal-A-Gazeta-AP-10-e-11-08-2025.pdf>

Uma chance de mudança com a direita boliviana

Há boas notícias para os defensores da democracia e da liberdade econômica nas Américas: após quase 20 anos de governos populistas de esquerda, é provável que a oposição de centro-direita vença as eleições do dia 17 na Bolívia. O país está passan-

do por sua pior crise econômica em quase três décadas, com **inflação** galopante e escassez de alimentos e **gasolina**. Não surpreende que os candidatos líderes das pesquisas sejam os que oferecem uma mudança drástica e laços mais estreitos com os EUA.

Conversei com os dois candidatos que lideram as pesquisas - o bilionário Samuel Doria Medina e o ex-presidente Jorge "Tuto" Quiroga. Eles prometem cortar gastos públicos, atrair investimentos e congelar ou romper relações com Venezuela e Cuba.

PLANOS. Doria Medina me disse que congelaria - não romperia - as relações diplomáticas com Venezuela e Cuba. Sua primeira viagem ao exterior como presidente, disse, seria ao Brasil, em busca de investimentos para revitalizar a indústria de gás natural, após duas décadas de negligência estatal.

Ele também planeja retirar a Bolívia do bloco de esquerda radical Alba, mas manteria seu status como membro associado do Brics, liderado por China, Rússia, Índia e Brasil. Ao contrário de seu rival Quiroga, que sugeriu retirar ou renegociar a adesão da Bolívia ao Mercosul, Doria Medina afirmou que se manteria no bloco.

Quiroga, engenheiro que estudou nos EUA e foi presidente entre 2001 e 2002, manteria os acordos educacionais e culturais do Mercosul, mas rejeitaria as normas comerciais por ser uma "prisão comercial". Como presidente, ele buscaria acordos comerciais com países europeus, asiáticos e com os EUA, ele me disse.

Na política externa, Quiroga prometeu "romper" relações com Venezuela, Cuba e Nicarágua até que esses países cumpram os tratados interamericanos de defesa da democracia e tenham eleições livres.

Sua primeira viagem ao exterior como presidente seria aos EUA, para buscar um pacote de resgate internacional e reativar a economia boliviana.

É verdade que muitas coisas podem mudar nas eleições bolivianas. Se nenhum candidato obtiver mais de 50% dos votos na votação do fim de semana, haverá um segundo turno, em 19 de outubro.

Evo Morales - agora escondido em seu reduto cocaleiro, após um mandado de prisão por acusações de abuso sexual contra uma menina de 15 anos e de incitação à violência - pediu a seus seguidores que votassem em branco.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investimento em novas fábricas de celulose acirra disputa por mão de obra no Brasil

Helena Benfica e Ana Luiza Tieghi De São Paulo

O avanço da indústria de celulose e papel no Brasil está agravando um problema antigo do setor: a falta de mão de obra especializada. Os novos projetos de Arauco, CMPC e Bracell, que somam quase R\$ 100 bilhões em investimentos até 2028, preveem 38 mil postos de trabalho no pico da construção e 13 mil vagas fixas durante a operação.

Esse desafio exige esforços na formação de pessoal, e não é exclusivo das empresas em expansão. "É uma preocupação crescente, que vem evoluindo em velocidade alarmante", afirma Tina Barcellos, diretora de gente e serviços corporativos da Klabin.

Atualmente, há de 12 mil a 18 mil vagas abertas no setor florestal no país, segundo estimativa da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (Apre Florestas). Desse total, calcula-se que de 2 mil a 3 mil sejam postos permanentes e de 10 mil a 15 mil, temporários. A maior parte das vagas é para a indústria, seguida de atividades de colheita e logística. "Essas proporções ocorrem por conta do ciclo de construções das fábricas. Em um período de maior 'normalidade', esses percentuais tenderiam a mudar, com maior inclinação para as operações de campo", afirma Fábio Brun, presidente da Apre.

Nos últimos anos, o país recebeu investimentos massivos da indústria de celulose e papel, concentrados sobretudo em Mato Grosso do Sul, que se consolida como o "Vale da Celulose" brasileiro. Em 2023, os municípios de Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo registraram, juntos, mais de 9 mil novas contratações, segundo o governo do Estado.

Diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (Ipef), em parceria com a Reflora-MS, estima uma demanda de 9.350 trabalhadores para atender às operações florestais já em andamento ou previstas para o curto e médio prazo em MS. "Esse é um desafio que exige uma resposta articulada entre o setor produtivo, o poder público e as instituições e entidades de modo geral", diz Dito Mario Lazaro, diretor-executivo da Reflora, associação sul-matogrossense de produtores e consumidores de florestas plantadas.

A chilena Arauco está avançando na construção do

projeto Sucuriú, em Inocência (MS) - investimento de até R\$ 25 bilhões. Com entrega prevista para 2027, a unidade deve gerar 14 mil postos de trabalho no pico da obra e, na operação, empregará cerca de 6 mil pessoas. Mas a

população de Inocência era de 8,4 mil habitantes em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que vai exigir a chegada de muita gente de fora.

Para suprir a demanda, a companhia está estruturando um sistema de capacitação e de desenvolvimento das pessoas da cidade, incluindo um Senai. Também por meio do aporte dado pela Arauco, o Sebrae-MS capacita empreendedores locais para atender às demandas da fábrica.

A construção modular tem sido uma alternativa para abrigar os funcionários durante as obras. No caso da Arauco, a construtora Opus está fornecendo um tipo de contêiner que funciona como um apartamento. Serão usados 4,4 mil módulos, que comportam até 8 mil funcionários.

Outra gigante em expansão no Estado é a Bracell, do grupo asiático Royal Golden Eagle (RGE). A companhia está em processo de licenciamento ambiental para instalar uma fábrica de cerca de R\$ 23 bilhões na região de Bataguassu. Embora ainda não haja data para o início das obras, a empresa estima mobilizar até 12 mil trabalhadores na construção e gerar cerca de 2 mil empregos diretos e indiretos na operação.

O desafio de mão de obra, porém, se estende às demais operações da Bracell no país, em São Paulo e na Bahia. "A maior defasagem está concentrada em áreas técnicas especializadas, especialmente nas regiões onde a empresa tem ampliado sua atuação florestal e industrial", diz Marcela Fagundes, gerente sênior de recursos humanos. Mais do que a escassez de profissionais, essa lacuna diz respeito à necessidade de competências relacionadas às tecnologias avançadas, afirma.

Além de programas de estágio e trainee, a companhia coordena um instituto que oferece aprendizado para as áreas envolvidas na produção. A empresa também fortaleceu presença em feiras universitárias e mantém

parcerias com instituições acadêmicas.

O tema tem mobilizado até eventos voltados ao setor. Na edição deste ano da Show Florestal, foi incluída pela primeira vez uma sessão para envio de currículos. "A última feira tinha sido em 2022. Nessa época, não havia essa escassez [de mão de obra] como agora", afirma Ricardo Malinovski, engenheiro florestal e fundador da Malinovski, empresa de eventos voltados para o setor de florestas plantadas.

Segundo Malinovski, a visita às feiras tem batido recordes, mas o interesse das novas gerações é menor. "Tentamos trazer muita tecnologia, fazer demonstrações dinâmicas e 'gamificar' a feira para sensibilizar esse público", diz. Ele também aponta a queda na formação de novos profissionais. "A adesão para entrar [em Engenharia Florestal] está diminuindo", diz.

Com operações relevantes no Paraná, em Santa Catarina e em São Paulo, incluindo fábricas e florestas, a Klabin nota uma dificuldade cada vez maior para encontrar trabalhadores para atuar em áreas florestais, devido ao desgaste físico. "Não é algo novo, mas tem se agravado rapidamente", afirma Tina Barcellos.

Os novos projetos também acentuam a competição por mão de obra. Na Klabin, a decisão foi não entrar em uma "guerra de quem paga mais". "Isso vira uma bola de neve. Além de gerar **inflação**, causa desequilíbrio interno", diz Barcellos. "Em vez disso, decidimos formar profissionais, interna e externamente".

Além de parcerias com Sesi, Senai e prefeituras locais, a empresa possui um centro técnico em Telêmaco Borba (PR) e um Centro de Educação Profissional Florestal e Agrícola em Ortigueira (PR). Segundo a executiva, no Projeto Figueira, fábrica de embalagens de papelão inaugurada este ano em Piracicaba (SP), 42% dos profissionais já eram da Klabin.

No Rio Grande do Sul, a chilena CMPC está construindo uma fábrica de RS 27 bilhões em Barra do Ribeiro. Durante as obras, estima-se que serão gerados 12 mil postos de trabalho e, após o início, a unidade deve agregar 5 mil empregos fixos.

Ciente da demanda, a empresa desenhou um plano das competências necessárias para os próximos quatro anos. "Mapeamos quando e em quais especialidades

precisaremos de engenheiros, além do tempo necessário para formá-los e capacitá-los. O mesmo foi

feito para operadores de caldeira", conta Antonio Lacerda, diretor-geral de celulose da CMPC no Brasil.

Para Lacerda, um ponto positivo da operação gaúcha é a proximidade com cidades estruturadas, o que deve reduzir a rotatividade. A nova unidade ficará a 20 quilômetros de Guaíba, onde a CMPC já tem fábrica, e a 60 quilômetros de Porto Alegre. "Em fábricas mais remotas, para preencher 12 mil postos de trabalho, foram necessários até 45 mil CPFs, devido ao alto 'turnover'. Estimamos que, no nosso caso, esse número fique entre 20 mil e 22 mil CPFs", diz.

Finalizada a obra, a oferta de moradia definitiva é determinante para manter os profissionais na região, abrindo oportunidades para o setor imobiliário. A incorporadora e construtora Pacaembu, que constrói loteamentos e casas populares, estuda investir em cidades que estão recebendo novas plantas de papel e celulose, conta o presidente do conselho de administração, Victor Almeida.

Segundo ele, a moradia é tão crucial que as empresas podem até pagar parte do terreno onde será feito o loteamento ou dar subsídios para que seus funcionários comprem as unidades, a exemplo de projetos que a Pacaembu fez no Paraná, com cooperativas agroindústrias. Uma parceria com o poder público local também ajuda a entender quais investimentos devem ser feitos e onde. "É um trabalho a seis mãos", afirma.

Sem esse trabalho, o crescimento rápido de cidades pequenas gera escassez de imóveis, o que tende a aumentar o custo de vida e piorar as condições de habitação. "Se você não tem o desenvolvimento correto, a mão de obra pode ir para lá, mas, depois de três ou quatro meses, vai se desestimulando", diz Almeida. "As famílias decidem voltar para as regiões de origem".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188293>

Mercado reforça aposta em queda dos juros

Victor Rezende e Gabriel Roca

De São Paulo A aposta em reduções adicionais nas taxas de juros nos Estados Unidos deu fôlego extra às apostas de queda da Selic no Brasil. Com a valorização do real, sinais recentes de arrefecimento da atividade e o alívio nos rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, investidores ampliaram a exposição a juros locais e reforçaram o que se tornou consenso entre os gestores: a queda das taxas futuras, sustentada pela percepção de que o nível atual está muito restritivo.

Na decisão de política monetária de julho, o Banco Central reconheceu que houve moderação no crescimento econômico, embora tenha apontado que o mercado de trabalho ainda mostra dinamismo. O Caged de junho continuou a apontar para a resiliência do emprego, mas os números um pouco abaixo do esperado deram apoio à percepção de desaquecimento no fim do segundo trimestre.

No fim de julho, o Valor já havia notado uma preferência dos agentes de mercado em posições aplicadas em juros, ou seja, apostas na queda das taxas futuras. Desde então, essas posições foram reforçadas diante da ausência de novas ações tomadas pelos EUA contra o Brasil; de sinais adicionais de enfraquecimento da atividade; e de alívio nos Treasuries com a possibilidade de cortes antecipados e até mais intensos nos juros dos EUA.

"O Brasil está dentro do contexto global e não tem melhorado por coisas que tem feito, mas sim pelo cenário externo", diz o sócio e diretor de investimentos (CIO) da Lcga-cy Capital, Felipe Guerra. "Está tudo no mesmo contexto. A diferença é que, no Brasil, estamos vendo um pouco mais de clareza nesse gradiente de atividade e inflação para baixo. E, geralmente, quando as duas estão para baixo, gostamos de estar aplicados em juros", afirma em documento mensal da gestora.

Guerra menciona, ainda, o "trade" eleitoral, que ganhou força entre participantes do mercado que veem chance maior de uma mudança na condução da política econômica a partir de 2027. Embora esse ainda seja o cenário-base, o executivo observa que as eleições estão distantes e o momento é marcado por ruídos políticos. "Ainda trabalhamos com esse quadro de alternância de poder, mas não é o motivo de estarmos aplicados em juros e comprados em real. Não tem a ver com a eleição; está mais centrado na

queda da atividade e da inflação e, ao mesmo tempo, a conjuntura positiva no cenário externo tende a favorecer o país." Na semana passada, houve alívio relevante no mercado de juros, especialmente nos vértices mais longos: a taxa do DI para janeiro de 2031 caiu de 13,69% para 13,50%. Além disso, o mercado precifica 72% de chance de uma redução de 0,25 ponto na Selic no fim deste ano contra 28% de chance de manutenção da taxa nos atuais 15%.

"Há um arrefecimento da economia acontecendo", diz o economista-chefe da Vinland Capital, Aurélio Bicalho, ao apontar que segmentos mais sensíveis à taxa de juros já mostram alguma desaceleração, citando a construção civil, a produção de bens de capital e os índices de confiança.

Embora a inflação permaneça acima da meta, Bicalho vê sinais de melhora nos últimos dados e nota que a parte de serviços "já foi pior". "Isso vai desenhando um cenário para uma redução da taxa de juros ou no início do ano que vem, em janeiro, ou já no fim deste ano, em dezembro." E, ainda que o BC mantenha uma comunicação mais "hawkish" (dura), Bicalho observa que o mais importante é a mensagem que não está nem na ata nem no comunicado. "Não há restrições ou condicionalidades para cortar juros. Ele deixa a comunicação livre para, quando os dados mostrarem espaço, o BC começar a cortar. E esses sinais de arrefecimento da economia tendem a se intensificar até o fim deste ano", diz.

A Vinland tem posições aplicadas na parte curta da curva de juros, mas de forma tática.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/valor-economico/20250811/page/1>

A tributação de dividendos e o mercado de ações (Artigo)

Lucas Martini de Aguiar

Desde o anúncio do Projeto de Lei (PL) nº 1.087 por parte do Ministério da Fazenda, muito tem se debatido sobre o texto proposto pelo governo. São diversas as dúvidas e preocupações com as repercussões da denominada "tributação mínima de altas rendas", que afeta especialmente os rendimentos a título de dividendos.

Dentre tantas questões que precisam ser ponderadas antes de uma efetiva alteração legislativa, há uma que igualmente merece atrair holofotes: os possíveis reflexos no mercado de ações cotadas em bolsa de valores, caso a distribuição de dividendos seja desencorajada por razões tributárias, ao passo que a 'recompra de ações' passe a ser vista com maior atratividade fiscal aos olhos dos investidores não residentes fiscais no Brasil (INR).

Hoje, no Brasil, de acordo com os dados fornecidos pela B3, os INR representaram em 2024 uma fração de 55,8% da participação na bolsa brasileira. Esse dado não está atrelado ao número de investidores, mas sim ao volume de compra e venda - o que demonstra o poder e influência dos INR nas companhias de capital aberto no Brasil.

No que tange à potencial atratividade desses investimentos para os INR, podemos destacar dois eventos: (i) a distribuição de dividendos; e (ii) a venda das ações. No Brasil, ainda existe a figura dos juros sobre o capital próprio (JCP), que possuem particularidades fiscais e que também são bem utilizados pelas empresas.

Sob a perspectiva tributária, a legislação brasileira prevê atualmente (i) a isenção aos dividendos, tanto para o investidor nacional, quanto para o INR; e (ii) na hipótese de venda, a regra geral para investidores nacionais é que o Imposto de Renda incide à alíquota de 15% sobre o ganho líquido auferido nas operações realizadas nos mercados à vista, a termo, de opções e de futuros, mas para o caso específico dos INR as vendas realizadas em bolsa estão sujeitas a alíquota zero de Imposto de Renda, desde que observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (recentemente alteradas, em conjunto com o Banco Central, por meio da Resolução Conjunta nº 13/2024).

Nos casos em que o INR invista na bolsa de valores brasileira por intermédio de fundo de investimento em participação (FIP) qualificado como entidade de investimento, a legislação prevê benefício consistente na redução da alíquota do IRRF para 0% em relação aos rendimentos auferidos no resgate, amortização ou ganhos de capital auferidos na alienação de cotas - desde que o INR não seja residente em país com tributação favorecida. Vale lembrar que os FIPs enquadrados como entidade de investimento também representam uma exceção à incidência periódica do Imposto de Renda (come-cotas) prevista na Lei nº 14.754/2023.

Portanto, hoje não há uma razão-estritamente sob a ótica de tributação no Brasil - para o INR preferir a venda de suas ações cotadas na bolsa de valores brasileira, em detrimento à distribuição de dividendos.

Ocorre que essa situação pode vir a mudar. Isso porque o PL 1.087 pretende revogar a isenção dos dividendos para os INR, independentemente do valor do rendimento auferido, para passá-los à alíquota de 10% na fonte no Brasil (havendo uma complexa previsão de direito a crédito, a depender da carga fiscal efetiva da empresa brasileira que pagou os dividendos).

Isso significa que para o INR a venda das ações pode passar a ser tributariamente menos onerosa, quando comparada à distribuição de dividendos. A título comparativo, situação semelhante ocorre nos Estados Unidos da América (EUA), no qual o percentual de participação de INRs no mercado de ações em bolsa também é bastante relevante.

A respeito da situação nos EUA, existem alertas importantes de especialistas. Por exemplo, Reuven S. Avi-Yonah, Daniel J. He Mel e Grigg D. Polsky ressaltam que os INR são tributados nos EUA quando recebem dividendos, mas não na hipótese de 'recompra de ações' (buybacks). Isso faz com que grandes empresas (por exemplo, Amazon, Alphabet, Facebook, Tesla) não adotem como política de remuneração de seus acionistas a distribuição de dividendos, mas sim os buybacks. Recentemente, por exemplo, repercutiu bastante o fato de a Meta, pela primeira vez, ter deliberado o pagamento de dividendos a seus acionistas.

De forma geral, a 'recompra de ações' ocorre quando uma empresa decide adquirir de volta suas próprias ações negociadas no mercado, reduzindo o número total de papéis em circulação. A conduta de privilegiar os buybacks não costuma ser bem assimilada, em razão do risco de ser utilizada para efeito de manipulação de mercado, inflação de preços, remuneração indireta aos acionistas, dentre outros aspectos de risco para os investidores.

Note-se que no Brasil o fenômeno da recompra de ações não é uma novidade. Em 2024, segundo dados da B3, os programas de recompra de ações na bolsa de valores atingiram nível histórico, com 126 operações abertas pelas companhias. Esse é o maior número de recompras ativas desde 2005.

Portanto, diante do PL 1.087, é importante levarem consideração as projeções que eventuais alterações tributárias podem vir a ter relação à conduta de companhias abertas brasileiras, especialmente dentro de um contexto de mudança das condições fiscais às quais estarão sujeitos os INR no Brasil. Naturalmente, essa análise também deve levar em consideração os reflexos de eventuais alterações legislativas também sob a perspectiva dos investidores residentes fiscais no Brasil.

Lucas Martini de Aguiar é sócio de HRSA | Sociedade de Advogados. Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações adma ou |x r prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/valor-economico/20250811/page/1>

Plano antitarifas dos EUA

» **MAIARA MARINHO**

Sem retaliação, o governo federal vai apresentar nesta semana a lista de medidas que devem ser adotadas para conter o impacto das tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros. O vice-presidente Geraldo Alckmin desmarcou agendas hoje em São Paulo e retornou a Brasília para um "compromisso inadiável" uma decisão tomada às vésperas do anúncio do plano de socorro às empresas.

Alckmin, que já havia antecipado que o plano de contingência seria divulgado entre hoje e amanhã, alertou que uma das maiores preocupações dos exportadores é a incidência da alíquota sobre cargas já em trânsito. O decreto de Donald Trump, no entanto, indicou que produtos já embarcados e em "fase final" de traslado não seriam sobretaxados. "A prioridade não é retaliar, é resolver. Procurar ampliar o número de setores que sejam excluídos, fiquem fora dessas tarifas, que entendemos extremamente injusta", afirmou Alckmin, no sábado, em São Paulo.

Na quarta-feira, entrou em vigor uma alíquota de 40% sobre os produtos importados do Brasil, que se somou à taxa de 10% já aplicada. O plano de contingência deve contemplar três eixos. O governo estuda lançar ao menos duas linhas de crédito, uma especificamente para empresários que exportam diretamente para os EUA e outra para aqueles que são afetados indiretamente pelas tarifas americanas.

Outro eixo do plano é a compra pública de mercadorias perecíveis sem licitação. A ideia é que esses

produtos possam abastecer, por exemplo, restaurantes populares. Além disso, o governo avalia adiar **tributos** e contribuições federais por até dois meses, como forma de aliviar a pressão financeira sobre as empresas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também contribuiu com propostas, apresentando uma lista de oito medidas emergenciais que incluem uma linha de crédito especial do BNDES com juros reduzidos.

Na próxima quarta, o ministro

da Fazenda, Fernando Haddad, terá uma reunião virtual com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent. Haddad afirmou que insistirá no diálogo, mas ressaltou que não discutirá questões

de soberania e interferências no Judiciário brasileiro, que é independente. O chefe da equipe econômica disse ainda que a aplicação da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser objeto da conversa. E que, dependendo

de como for o diálogo, poderá haver um novo encontro presencial entre os dois.

Haddad tem afirmado que tenta contato com Bessent desde o anúncio do tarifaço, em 9 de julho. Ao aplicar a Magnitsky, Bessent disse que Moraes "assumiu para si o papel de juiz e júri em uma caça às bruxas ilegal contra cidadãos e empresas dos Estados Unidos e do Brasil". Também afirmou que o ministro "é responsável por uma campanha opressiva de censura,

detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos judicializados com motivação política - inclusive contra o ex-presidente Jair Bolsonaro". A sanção foi uma maneira de demonstrar que a Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos "continuará responsabilizando aqueles que ameaçam os interesses dos EUA e as liberdades de nossos cidadãos" disse Bessent.

Foram poupados do tarifaço 44,6% da pauta exportadora para o país norte-americano, segundo

cálculo do governo Lula. Para produtos como petróleo, suco de laranja, aviões e suas partes, e celulose, a alíquota de 10% permanece válida. O impacto macroeconômico do tarifaço é significativo, mostra a CNI. A imposição das barreiras tarifárias aos países - entre eles, o Brasil, Índia e China - somada às taxas sobre a importação de automóveis e aço, pode resultar em uma queda de 0,37% no Produto Interno Bruto (**PIB**) americano.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/11/all.pdf>

O agronegócio brasileiro, mais uma vez, sob ataque (Artigo)

EDUARDO BERBIGIER

EDUARDO BERBIGIER - Advogado tributarista

Recentemente, tive a oportunidade de participar do programa "Faroeste à Brasileira", um importante espaço digital dedicado ao debate dos fatos sociais, econômicos e políticos do nosso país. Naquela ocasião, com a presença de jornalistas e advogados, discutimos pautas cruciais que refletem os sérios dilemas atuais do Brasil. Entre os temas, destacaram-se as tarifas de 50% impostas pelo governo do presidente Donald Trump aos produtos brasileiros, as manifestações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira sessão do segundo semestre, e uma relevante entrevista com Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que está em destaque na mídia. Indiciado pela Polícia Federal por vazar informações do gabinete, atualmente reside na Itália e ameaça revelar bastidores de suas atividades na Corte.

No entanto, o foco principal de nossas discussões recaiu sobre a atual situação do agronegócio brasileiro, setor mais direta e severamente prejudicado pelas novas tarifas implementadas pelo governo dos Estados Unidos. Produtos brasileiros que entram nos Estados Unidos passaram a pagar uma tarifa de 50%. A medida atinge itens de peso no agronegócio, como café, carne bovina e pescados, e deve gerar prejuízos bilionários para o Brasil - além de encarecer produtos no mercado norte-americano.

Especialistas preveem que o tarifaço americano ameaça US\$ 10 bilhões anuais em exportações brasileiras. Setores como pescados (tilápia, com 90% das exportações aos EUA) enfrentam risco de falência, afetando empregos. Exportadores de carne antecipam perdas de até US\$ 1 bilhão. Frutas (manga) e café também foram atingidos.

As isenções concedidas, como a do suco de laranja - que evitará uma perda significativa de cerca de R\$ 3,6 bilhões (US\$ 792 milhões) em exportações anuais, um alívio crucial para o setor citrícola - e dos fertilizantes minerais ou químicos, atenuam o impacto inicial em até 41%, segundo análises de consultorias. Todavia, essa "suavização" é apenas parcial, e a situação geral continua a ser alarmante para a balança comercial brasileira e para a sustentabilidade do agronegócio.

A imposição dessas tarifas é um resultado direto e inequívoco de uma grave falta de negociação por parte do governo brasileiro. O governo Trump decidiu as isenções com base em seus próprios interesses, visando proteger o consumidor e a indústria estadunidense de aumentos de preços, agindo de forma pragmática.

Os EUA são o terceiro maior parceiro comercial do agro brasileiro, atrás da China e da União Europeia. Produtores estimam uma perda de até US\$ 5,8 bilhões caso as vendas para o país diminuam por causa do tarifaço. Não acredito que, a curto prazo, o café e outros produtos atingidos terão suas tarifas reduzidas, pois é evidente que Trump já discutiu com sua equipe econômica e incluiu no pacote o que era de interesse prioritário dos americanos, visando resultados rápidos para sua economia interna. Sabemos que Donald Trump é um presidente nacionalista, priorizando os interesses de seu país e eleitores. Reverter essa situação exige grande esforço e tempo, sem garantia de que Trump reconsiderará as sanções.

Apesar da liberação de linhas de crédito subsidiadas e antecipação de créditos acumulados de ICMS por parte de alguns estados, a grande questão é: como transformar essas medidas em alívio real para produtores e exportadores antes que a perda de competitividade se torne irreversível? Os benefícios concedidos de forma isolada, sem integração com regimes como Reintegra e Drawback, podem ser enquadrados pela **Receita Federal** como subvenções vedadas, gerando aumento efetivo da carga de IRPJ e CSLL.

A urgência do cenário exige uma ação rápida e coordenada em frentes como câmbio, tributação e comércio. Sem isso, o setor pode enfrentar um efeito dominó de cancelamento de contratos, retração da produção e a perda definitiva de seu espaço no mercado norte-americano. O agronegócio está sob ataque: enfrenta um cenário complexo, com desafios comerciais, políticos e ambientais que exigem atenção e adaptação para garantir a sustentabilidade e a competitividade do setor.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

PROTEÇÃO - REPÓRTER DIÁRIO

REPÓRTER DIÁRIO

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, destacou durante uma Webinar semana passada o excelente trabalho realizado pelo Ministro das Cidades, Jader Filho Segundo ele essa percepção é unânime dentro do segmento de incorporação nacional, ressaltando que Jader é um ministro altamente técnico, que veio da iniciativa privada. França ressaltou ainda que se não fosse pela ação de Jader, não teríamos esse volume de contratações existentes hoje no programa Minha Casa, Minha Vida.

A 19a Vara do Trabalho de Belém concedeu decisão liminar contra uma rede de restaurantes da capital paraense, atendendo a uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho. A medida tem como objetivo proteger os trabalhadores - especialmente as mulheres - de práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. A decisão determina que a empresa se abstenha de tolerar ou permitir qualquer forma de assédio moral ou sexual por parte de seus representantes, gerentes, diretores, chefes ou qualquer pessoa em posição de autoridade.

POSSE

O Tribunal de Justiça do Estado marcou a posse do agora desembargador César Mattar Jr., nomeado pelo governador Helder Barbalho na última sexta-feira na vaga do Quinto Constitucional do Ministério Público do Estado, em sessão única a ser realizada no dia 20. Na véspera, dia 19, ocorre a posse conjunta de outros 5 juizes de carreira também promovidos ao desembargo: Jorge Sanches, Antonieta Miléo, Álvaro Norat, Sarah Castelo Branco, Sérgio Lima. Todas as posses ocorrem às 17h no plenário da corte estadual.

COMPOSIÇÃO

A composição do plano do TJ-PA era de 30 desembargadores, mas um vagou com a aposentadoria da desembargadora Nazaré Gouveia. Foram criados 6 novos cargos, e a nova composição passou a ser de 36 desembargadores. Hoje estão 29 desembargadores na ativa. Com a posse de César Mattar, dos 5 juizes promovidos e a vaga que será destinada à OAB pelo Quinto Constitucional, que também será preenchida neste segundo semestre, a composição plena de 36 desembargadores fica completa.

CIDADES

Entre os dias 12 e 14, Belém sedia a 7a Conferência Estadual das Cidades, que reúne representantes do poder público, movimentos sociais, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e ong^ para discutir os rumos do desenvolvimento urbano no Pará. O evento, realizado no Teatro Margarida Schivasappa, tem como tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social", e vai selecionar 20 propostas para demandas em saneamento, mobilidade urbana, habitação, regularização fundiária, transformação digital e território, e sustentabilidade ambiental e transição climática.

CONSULTA

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, órgão que avalia a incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde no SUS, abriu consulta pública até dia 19 para avaliar a inclusão do remédio trióxido de arsênio no tratamento da Leucemia Promielocítica Aguda (LPA), subtipo de Leucemia Mieloide Aguda (LMA). Os profissionais da saúde, instituições e a sociedade podem apoiar a ampliação do acesso ao tratamento de uma patologia que representa entre 10% e 20% de todos os casos de leucemia no Brasil.

LINHA DIRETA

Visivelmente alterado, um homem que transita no bairro da terra Firme foi detido na última sexta-feira tentando vender um patinete elétrico como sucata. Conhecido no bairro por ser usuário de drogas, ele ofereceu o equipamento a um comerciante local, que recusou a compra.

Acionada, a Polícia Militar abordou o suspeito e recuperou o veículo, devolvido ao verdadeiro dono. Os patinetes elétricos, lançados pela empresa Jet dia 3 já caíram no gosto dos belenenses. A novidade faz parte das ações de mobilidade urbana para a COP30 e, em menos de uma semana, virou febre pelas ruas da capital paraense.

Equipes de fiscalização da Sefa realizaram apreensões que totalizam mais de meio milhão de reais na última sexta-feira. A primeira foi realizada pela equipe da Coordenação de controle de mercadorias em trânsito do Araguaia, na Rodovia PA-447, KM-15,

em Conceição do Araguaia, que apreendeu 5.630 quilos de peças e pneus de motocicletas, avaliados em R\$ 236.750,64.

A segunda ocorreu por fiscais da Coordenação de Controle de Mercadorias em Trânsito de Carajás, que apreenderam 20 mil kg de sucata de alumínio, vindas de Altamira com destino a Santo André (SP), no posto fiscal do KM-09 da Transamazônica (BR-230), em Marabá. A mercadoria foi avaliada em R\$ 290.000,00.

A cidade de Castanhal recebeu quarta-feira passada o seminário "Jucepa em Movimento: Descomplicando o Registro Mercantil", promovido pela Jucepa. Realizado na Faculdade Estácio, reuniu servidores públicos, empresários, profissionais e estudantes.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3211#book>

Alckmin: prioridade é ampliar número de setores isentos do tarifaço de Trump

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), garantiu que o governo não pretende retaliar os Estados Unidos aumentando tarifas sobre produtos americanos e afirmou que a prioridade é ampliar o número de setores isentos da alíquota de 50%. Alckmin disse que o governo continua buscando resolver essa questão e garantiu que o pacote de ajuda a exportadores será anunciado no início desta semana.

"A prioridade não é retaliar. A prioridade é resolver, procurar ampliar o número de setores que sejam excluídos [do tarifaço], que fiquem fora dessa questão da tarifa que entendemos extremamente injusta. Aliás, com base jurídica totalmente fraca", afirmou o vice-presidente, que esteve na cidade de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, em São Paulo, onde visitou uma concessionária da Volkswagen.

Segundo ele, após negociações com os EUA, 45% dos setores ficaram de fora do tarifaço. Alckmin disse que de cada dez produtos que os Estados Unidos vendem para o Brasil, oito não pagam imposto. E a tarifa média que o Brasil cobra dos americanos é 2,7%.

"Você tem uma tarifa para entrar no Brasil de 2,7% e 50% nos Estados Unidos. E eles têm déficit com muitos países do mundo, mas têm superávit com três países grandes: Reino Unido, Austrália e Brasil. Então nós estamos empenhados em mudar isso", completou.

Alckmin disse que quando se aumentam tarifas, é o consumidor quem paga. Portanto, trata-se de um jogo de perde-perde. O vice-presidente disse que o pacote de ajuda do governo, que o presidente Lula vai anunciar neste início de semana, focará especialmente as empresas que exportam mais para os Estados Unidos.

Ele não detalhou as medidas de socorro, mas os exportadores esperam linhas de crédito com juros subsidiados, adiamento das cobranças de **tributos** e contribuições federais e compras públicas de mercadorias perecíveis.

"O presidente Lula deve anunciar no início da semana um pacote, um conjunto de medidas mitigatórias, ou seja, para apoiar as empresas. Quais empresas?

Aquelas que exportam mais e que exportam mais para os Estados Unidos e que foram afetadas", explicou e continuou: "Você tem setor da indústria ou do agro que mais de 90% é mercado interno. Exportação afeta menos. Agora, você tem empresas que exportam muito. E que além

de exportar muito, ainda exporta para os Estados Unidos. Elas precisam ser mais socorridas".

IPI

Alckmin visitou uma concessionária da Volkswagen em Guaratinguetá, cujo proprietário é o ex-prefeito da cidade, Marcus Soliva. Ele disse que o programa do governo federal que zerou o IPI para os chamados carros sustentáveis já começou a dar resultados. "O programa já conta com cinco montadoras e está impulsionando toda a cadeia, do aumento da produção à alta nas vendas em concessionárias, como a que estamos hoje", afirmou.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que representa as montadoras instaladas no país, as vendas de carros sustentáveis cresceram 16,7% no mês de julho (o programa de isenção do IPI começou em julho), frente aos 14,2% da média do mercado no período.

Alckmin destacou que o programa do "IPI Verde" tem como objetivo reduzir o preço de automóveis populares, tornando-os mais acessíveis. Os veículos contemplados são os flex-fuel, que emitem menos CO₂ e têm alta reciclabilidade.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3211#book>